

ATA DE REUNIÃO ORDINÁRIA

Data: 27.04.2021

Local: Reunião virtual.

Presenças: Juiz-Auxiliar da Presidência Adriano Santos Wilhelms;
Juiz-Auxiliar da Corregedoria Leandro Krebs Gonçalves;
Servidor Adolfo Marques Pereira;
Servidora Bárbara Burgardt Casaletti;
Servidor Geraldo Cruz Teixeira.

Convidados: Servidor João Henrique de Lima Ribas;
Servidor Geovane Dutra de Souza.

Secretário: Francisco José Fetter Furtado (AGE)

Horário: 14h – 15h

Pauta:

- Encerramento do Plano de Gestão de Contratações 2020.
 - Acompanhamento da Execução do Plano de Gestão de Contratações 2021.
 - 1ª Revisão Anual do Plano de Gestão de Contratações 2021.
 - Demais deliberações do Comitê Gestor de Contratações.
-

Aos vinte e sete dias do mês de abril do ano de 2021, às 14 horas, ocorreu reunião virtual do Comitê Gestor de Contratações, contando com as presenças acima nominadas. A reunião foi coordenada pelo Excelentíssimo Juiz Adriano Santos Wilhelms, conforme registro que segue: João comentou que foi publicada a Resolução CNJ nº 347/2020, que dispõe sobre a Política de Governança das Contratações Públicas no Poder Judiciário. Na resolução, é recomendado que os tribunais implementem os planos de contratações e a criação de Comitês de Contratações. O TRT4 já está atendendo ambas as recomendações. Ele informou, também, que foi publicada nova lei de licitações (Lei nº 14.133/2021), com prazo de dois anos para implementação. Nela, também é abordada a obrigatoriedade de elaboração de plano de gestão de contratações. Será analisada a possibilidade de implementação da nova lei, no TRT4, no ano de 2022, com o ano de 2021 como preparação para adequação a ela. **Encerramento do Plano de Gestão de Contratações 2020.** João apresentou os dados de encerramento do Plano de Gestão de Contratações 2020. Ele destacou que o Plano foi aprovado com 225 demandas. No decorrer do exercício, houve a inclusão de 61 demandas e o cancelamento de 26. Ao final do exercício haviam 260 demandas ativas. Do total de demandas ativas, 210 (80,8%) foram encaminhadas no prazo previsto na fase

de planejamento, 40 (15,4%) foram encaminhadas fora do prazo previsto e 10 (3,8%) demandas não foram encaminhadas. Como resultado final, 250 das 260 demandas ativas previstas foram encaminhadas, totalizando um índice geral de execução de 96,15%. O resultado por área requisitante variou de 75% a 100% de encaminhamentos em relação ao previsto. Quanto ao total de contratações realizadas em 2020, foram atendidas 691 demandas no decorrer do ano de 2020, sendo 499 por compra direta, 120 por prorrogações contratuais, 53 por pregão eletrônico, 13 por adesão a registro de preços, 3 por convite, 2 por participação em registro de preços e 1 por concorrência. O valor total adjudicado foi de R\$ 237 milhões. As principais contratações realizadas durante o exercício de 2020, em complexidade, valor ou importância, foram a obra da retomada de construção do Foro de Alegrete, com o valor de R\$ 573 mil, a aquisição de câmeras e headset para realização de audiências telepresenciais, com o valor de R\$ 564 mil, a contratação de plano de saúde, com o valor de R\$ 201,6 milhões, a aquisição de equipamentos de proteção e higiene para combate a pandemia (máscaras, face shield, avental, luva, sapatilha, touca, álcool isopropílico, termômetro de parede e infravermelho, totem), com o valor de R\$ 135 mil, a contratação do serviço de medicina de trabalho, com o valor de R\$ 37 mil, o serviço de rede wan redundante, com o valor de R\$ 3,83 milhões, a reforma do Foro Trabalhista de Cachoeirinha, com o valor de R\$ 116 mil, e as câmeras para videoconferência, com o valor de R\$ 159 mil.

Acompanhamento da Execução do Plano de Gestão de Contratações 2021. No período de janeiro a março de 2021, foram previstas 71 demandas, sendo 13 em janeiro, 31 em fevereiro e 27 no mês de março, e atendidas 47 demandas, sendo 9 em janeiro, 25 em fevereiro e 13 no mês de março. Algumas das demandas pendentes, devido ao impacto da pandemia, são o serviço de digitalização, a aquisição de bens móveis (mobiliário), aquisição de gêneros de alimentação e aquisição de itens de almoxarifado. A execução acumulada do PGC-2021, considerando análise realizada até o fim de março, demonstra que 66,2% das demandas foram encaminhadas e 33,8% ainda não foram encaminhadas. Essas demandas representam 18,73% do total previsto no PGC-2021. Em um cenário teórico, se todas as demandas previstas no período fossem encaminhadas, esse indicador seria de 28,28%. **1ª Revisão Anual do Plano de Gestão de Contratações 2021.** Na sequência, João apresentou demandas para inclusão e cancelamento, que necessitam de deliberação do Comitê. **DELIBERAÇÕES:** 1) Contratação de consulta pedagógica na EJ (professora Acácia). **Deliberação: Aprovada a inclusão.** 2) Passagens aéreas. **Deliberação: Aprovada a inclusão.** 3) Manutenção de Bens Permanentes. **Deliberação: Aprovado o cancelamento.** 4) Serviço de movimentação de processos e documentos. **Deliberação: Aprovado o cancelamento.** 5) Munição (Armas de Fogo). **Deliberação: Aprovado o cancelamento.** Em relação a TI, João informou que ela consolida o PGC, mas as demandas

dela não passam por deliberação do Comitê Gestor de Contratações, mas sim pelo Comitê de Governança de Tecnologia da Informação e Comunicações. **Demais deliberações do Comitê.** João comentou sobre o retorno das deliberações anteriores realizadas pelo Comitê. **1) Serviço de Movimentação Processual.** Deliberação: A demanda foi aprovada na etapa de elaboração do PGC com a condição de que a área requisitante realizasse um estudo acerca da real necessidade da demanda. **Encaminhamento:** após análise técnica, a demanda está sendo cancelada uma vez que os estudos apontaram a possibilidade de descontinuidade do serviço. Conforme levantamento realizado pela Secretaria de Apoio Administrativo, a demanda desse serviço, predominantemente necessário no Foro de Poa, será absorvida pelo Contrato nº 68/2020 - serviço de movimentação de cargas e auxiliar de almoxarifado. **Deliberação: foi deliberado pelo cancelamento da demanda.** **2) Viabilidade de contratação de serviço de manutenção de bens permanentes.** **Encaminhamento:** foi instruído o PA nº 1625/2021, com estudo detalhado sobre a viabilidade ou não da contratação. Entre as justificativas: valor da manutenção maior que o valor contábil do bem; significativa quantidade de bens irrecuperáveis; dificuldade de atrair fornecedor em processo licitatório para manutenção em toda a jurisdição do TRT4; em pesquisa, apenas um tribunal da JT possui contrato semelhante, porém vinculado à manutenção predial. **Deliberação: foi deliberado a não contratação do serviço.** Dr. Adriano destacou, quando do retorno do período de pandemia, da necessidade de criação da 2ª sala de audiências e sala de conferências nos Foros Trabalhistas da 4ª Região. Reunião encerrada às 15 horas. Ata redigida pelo servidor Francisco José Fetter Furtado, Assistente da Assessoria de Gestão Estratégica, Dados Estatísticos e Apoio às Ações Institucionais e validada eletronicamente.